

ALLEGAÇÃO JURIDICA

NA

ACÇÃO ORDINARIA

PENDENTE NO JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE BARCELLOS

E EM QUE SÃO:

AUCTORES

D. Anna Rita dos Santos e Silva

E MARIDO

Domingos José da Silva,

DA FREGUEZIA DE BARCELLINHOS

E OUTROS, DA VILLA DE BARCELLOS;

E

RÉO

JOSÉ LUIZ DE SARDINHA REIS,

DA MESMA VILLA,

PELO ADVOGADO D'ESTE:

LUIZ JOSÉ D'ABREU DO COUTO D'AMORIM NOVAES

PORTO

TYPOGRAPHIA DA EMPREZA LITTERARIA E TYPOGRAPHICA

178 — RUA DE D. PEDRO — 184

—
1893



*João, meu velho amigo e illustre vel
lega Dr. Joaquim Soares da Silva*

ALLEGAÇÃO JURIDICA

NA

ACÇÃO ORDINARIA

PENDENTE NO JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE BARCELLOS

1603

E EM QUE SÃO:

AUCTORES

D. Anna Rita dos Santos e Silva

E MARIDO

Domingos José da Silva,

DA FREGUEZIA DE BARCELLINHOS

E OUTROS, DA VILLA DE BARCELLOS;

E

RÉO

JOSÉ LUIZ DE SARDINHA REIS,

DA MESMA VILLA,

PELO ADVOGADO D'ESTE:

LUIZ JOSÉ D'ABREU DO COUTO D'AMORIM NOVAES

C. M. B.
BIBLIOTECA



PORTO

TYPOGRAPHIA DA EMPREZA LITTERARIA E TYPOGRAPHICA

178 — RUA DE D. PEDRO — 184

1893



1603

SUMMARIO

As disposições testamentarias — feitas por portuguez em paiz estrangeiro e, ahi, approvadas e abertas, depois da vigencia do nosso Cod. Civ. — teem de ser celebradas, com referencia ás suas **solemnidades externas**, pela forma determinada nas leis d'esse paiz.

As questões sobre **successão e direito de dispôr** devem sêr resolvidas segundo as leis do paiz do auctor da herança, que acompanham o individuo para toda a parte onde se encontre, ainda que seja em paiz estrangeiro.

Para que o **documento authenticico**, passado em paiz estrangeiro, faça prova no reino, é preciso que o seu objecto seja **permittedo** pelas leis do paiz, ou não seja **defeso** no reino.

E, consequentemente, n'uma acção, em que se venha pedir a interpretação e os **effeitos juridicos** d'um testamento externo, o Auctor é obrigado a demonstrar — á face da respectiva legislação do paiz, onde o mesmo testamento tenha sido feito — que elle se acha formulado **authentificamente** e em conformidade com essa legislação, cuja **existencia** lhe cumpre **provar**; e deve concluir por pedir que o Reo seja condemnado a vêr julgar **valida e subsistente** essa disposição, por ter sido feita de harmonia com as prescripções da lei do paiz onde fôra exarada, e por não contrariar, fundamentalmente, com as suas **disposições**, o direito applicavel em o nosso paiz.

O testamento é um **acto personalissimo**, que não pode ser praticado por procurador e onde o testador não pode deixar ao **arbitrio** de terceiro nem a **instituição**, nem a **escolha** de herdeiro ou

legatario, nem a designação da quóta que cada um dos coherdeiros ou colegatarios ha de receber, salvo no caso excepcional do § unico do art.º 1:740 do Cod. Civ.

A disposição, em que um testador declarou — «que instituia «as irmãs por herdeiras, em partes eguaes, do remanescente de «seus bens, sob a condição de que as inscripções, em que os respectivos quinhões haviam de ser convertidos, passariam, á morte «d'ellas, em plena propriedade, para seus filhos e, quando os «não tivessem, reverteriam a seus legitimos herdeiros» — contem: — 1.º) ou uma instituição de herdeiro, vaga, incerta e dependente do arbitrio de terceiro, devendo, por isso, ter-se como não escripta tal condição, por contraria á lei, sem prejuizo das irmãs, herdeiras primeiramente instituidas; ou — 2.º) uma substituição fideicommissaria, prohibida pelo direito com relação ás herdeiras que não tivessem filhos; pois importa para as mesmas a obrigação de conservarem e transmittirem as alludidas inscripções para pessoas, a quem não aproveitam as excepções estabelecidas em os n.ºs 1 e 2 do art.º 1:867 do Cod. Civ.

Não é substancial da instituição fideicommissaria o emprego das palavras sacramentaes — «conservar e transmittir por morte» — podendo estas ser substituidas, perfeitamente, por outras, que enunciem a mesma idéa.

Para que a substituição fideicommissaria seja valida — é necessario que tenha por fiduciario um filho ou um irmão do fideicommittente, e por fideicommissarios os filhos do fiduciario.

A nullidade da clausula fideicommissaria não envolve a nullidade da instituição, primariamente feita.

Os fiduciarios teem sobre os bens em fideicommisso uma propriedade, restricta e resoluvél, que os equipara aos usufructuarios.

A doação simultanea do usufructo e da propriedade de uma mesma cousa a duas pessoas diversas — sendo feita no mesmo acto e na mesma data, de forma que adquiram, desde logo, seus direitos as duas pessoas beneficiadas — não envolve uma substituição fideicommissaria.

Em caso de duvida sobre a interpretação de uma disposição testamentaria deve observar-se o que parecer mais ajustado com a intenção do testador, conforme o contexto do testamento, devendo ter-se como mais consentanea com a vontade e intenção do testador a interpretação, que fôr legal e admissivel e não a que invalide qualquer disposição do testamento.

Só, quando vérse a duvida sobre a **pessoa** do legatário ou sobre a **coisa** deixada, é que é admissivel qualquer **meio de prova**, para se conhecer claramente a **intenção** do testador.

A **interpretação litteral** só deve sêr posta de parte quando conduza ao **absurdo**; e, quando uma **clausula** for susceptivel de **dous sentidos**, deve entender-se n'aquelle em que ella póde ter **effeito** e não n'aquelle em que não poderia ter **effeito** algum.

Tão **legitimo** é o **herdeiro** que a lei chama á **successão** de uma pessoa, como aquelle que esta instituiu de harmonia com as **prescripções** da mesma lei; e, consequentemente — não distinguindo esta e não tendo o testador distinguido, tambem, entre **herdeiros testamentarios** e **herdeiros por vocação da lei** — é fóra de duvida que deixou sob o alcance das suas **disposições** tanto uns como outros.



Primeiro que tudo, assentemos alguns principios, que são indispensaveis para a boa apreciação e justa resolução das questões, que aqui se ventilam.

Trata-se de *interpretar* e tornar *effectivas* n'este paiz **disposições testamentarias**, feitas por **portuguez** em paiz estrangeiro e, ahi, approvadas e abertas, depois da vigencia do nosso **Codigo Civil**.

(Vejam-se ácerca da *nacionalidade* do testador as declarações, por elle feitas a fl. 5 v. *in fine*, e pelo *tabellião* que approvou o testamento, a fl. 13.)

Segundo o preceito generico do artigo 24.º do **Codigo Civil** — que consignou o principio de **Direito Internacional**, geralmente admittido, de que *locus regit actum* — os *actos juridicos*, com relação ás suas *solemnidades externas*, teem de ser feitos pela forma determinada pelas *leis* do paiz onde foram celebrados.

E, com relação á especie do **testamento externo** que nos occupa, reproduziu o Cod., no artigo 1:961, o mesmo principio de que o testamento, feito por *portuguez em paiz estrangeiro* só produzirá os seus legaes effeitos, sendo formulado *authenticaamente*, em conformidade da *lei do paiz* onde foi celebrado.

Ora — sendo o *direito local* o que rege a *fôrma* do acto, segundo as *disposições* expressas que acabamos de citar e a opinião de abalisados escriptores de Direito Internacional (Vide sr. DIAS FERREIRA, commentario ao Cod. Civ., vol. I, pag. 49 a 55, e vol. IV, pag. 338 e 339; — ZACHARIÆ, Droit Civil Français, vol. III, § 430; — e MARCADÉ, Expl.^a du Cod. Civ. Fr., vol. v, pag. 71 a 78, commentando o artigo 999.^o do Cod. Civ. francez, fonte do artigo 1.961 do nosso Cod.) — é evidente que a primeira obrigação dos Auctores era a de demonstrar — á face da respectiva **legislação brasileira, cuja existencia** teriam de **provar** (Cod. Civ., artigo 2:406, e Boletim dos Tribunaes, 7.^o anno, pag. 234) — que as *disposições testamentarias*, que servem de base á sua acção e que teem de ser *interpretadas* e produzir *effeitos* n'este reino, se achavam feitas pela *fôrma* prescripta pelo *direito*, então *vigente* no Brazil, onde foram celebradas.

E deviam, tambem, pedir, **primariamente**, que o Réo fosse *condemnado* a ver julgar *validas* e *subsistentes* essas disposições, por terem sido formuladas *authenticaamente* e pela *fôrma* determinada pelas *leis* do paiz onde foram feitas; e, consequentemente, é que cabia a **deducção**: — assim 1.^o) dos **pedidos**, relativos á **interpretação** da verba ou verbas d'essas *disposições*, que teem relação com a questão, e á **anulação**, na parte questionada, da *disposição testamentaria* da mulher do Réo, que se lê a fl. 32 a 35; como — 2.^o) dos demais **pedidos** deduzidos a fl. 3 v. *in fine* e 4.

E — porque tanto da narração como da conclusão se não podem *deprender* este *pedido* e *fundamentos*, que aliás careciam de ser expressamente allegados e provados — é consequencia necessaria o achar-se a acção affectada da **nullidade insupprivel**, de que falla o artigo 130, n.º 1 e § unico do Cod. do Proc. Civ. — **nullidade** que aqui se argue, nos termos do artigo 131 do mesmo Cod., para todos os effeitos legaes.

E, com isto, desnecessario nos era ir mais longe ; porque — á face de disposições, tão terminantes e claras — a acção tem, necessariamente, de ser julgada **nulla**, e é uma perfeita inutilidade o estar a produzir as demais *razões* de direito, que obstam á sua procedencia.

Em todo o caso — *ex abundanti* e por cautela — proseguiremos, fazendo d'essas razões uma exposição tão succinta, quanto possivel nos seja, sem perda de tempo e sem divagações superfluas.

* * *

O finado João Thomaz dos Santos Coelho havia declarado, no seu **testamento**, a fl. 12: — «que instituia **herdeiros**, em partes eguaes, do remanescente de seus bens, a «seu irmão Amaro, então residente no Brazil e na sua «companhia, e a suas irmãs Delfina, Luiza, Anna Rita, «Anna Julia, Rita, Albina e Eugenia, residentes em Portugal e, na falta de qualquer d'elles, a seus **herdeiros legítimos**».

No **codicillo** posterior, que se lê a fl. 17 e seguintes, declarou: — «que instituia por **herdeiros** do remanescente «do seus bens os referidos seus irmão e irmãs (com excepção da Albina, que já era fallecida); que as partes, que «tocassem a cada uma das ditas suas irmãs, seriam empregadas em **inscripções** do governo de Portugal; e que

« d'essas **inscripções** *gosariam* ellas os *rendimentos* em quanto vivas e, por sua morte, **passariam** as mesmas, em **plena** « **propriedade**, para seus **filhos**, se os tivessem, e, não os « tendo, **reverteriam** a seus legitimos herdeiros ».

Ora, é tambem principio elementar de Direito Internacional que as questões sobre **successão** e **direito de dispôr** devem ser resolvidas, segundo as **leis do paiz** do auctor da herança.

São o que se chama o **estatuto pessoal** — o conjuncto de leis **pessoaes**, que *acompanham* o individuo para toda a parte onde elle se encontre, ainda que seja em *paiz estrangeiro*.

A este respeito diz o insigne commentador ZACHARIÆ, obr. cit., vol. I, pag. 38: — « En principe, le patrimoine « d'une personne doit etre regi par les memes lois que son « *etât* et sa *capacité*.

« Ainsi, par exemple, la succession *ab intestat* ou *testamentaire* d'un *étranger* doit être réglée d'après les *lois du* « *pays* de l'étranger. Le *patrimoine* n'est pas un objet indé-
« pendant; les *biens* d'une personne ne forment un tout, « qu'en se *rattachant* à la *personne* du propriétaire ».

E MARCADÉ — n'um longo e erudito commentario ao art. 3 do Cid. Civ. francez, a fl. 57 e 58 do vol. I da obra já citada — sustenta, tambem, a mesma doutrina, apesar de a envolver n'umas *distincções*, um pouco metaphysicas, entre *estatuto pessoal* e *real*, ou *leis pessoaes* e *reaes*, de que nos permittimos discordar, ficando, aliás, em boa companhia, porque o snr. Dias Ferreira, que seguiu em muito aquelle illustre commentadôr, tambem, n'esta parte, lhe não perfilhou as opiniões.

O nosso Cod. no art. 24 consignou, egualmente, a

mesma doutrina, estabelecendo que os **portuguezes** que viajam ou residam em *paiz estrangeiro*, conservam-se sujeitos ás **leis portuguezas**, concernentes á sua **capacidade civil**, ao seu **estado** e á sua **propriedade immobiliaria** situada no *reino*, em quanto aos **actos** que houverem de produzir n'elle os seus *effeitos*.

E o snr. Dias Ferreira, commentando este artigo, diz, a fl. 54 do vol. 1.º: — «**A ordem da successão e a quota legitimaria**, como materia relativa á **capacidade civil**, pertencem ás **leis pessoaes**. A commissão revisora, estabelecendo «o preceito consignado no artigo 1:965, não só prestou homenagem ao principio de que o **direito de dispor** pertence «á **capacidade civil**, sendo, consequentemente, regulado pela «*lei do paiz do auctor da herança*, mas quiz principalmente «completar a disposição do artigo 1:961, dando validade «aos *testamentos* feitos por *extrangeiros* no estrangeiro, em «conformidade com a *lei* do respectivo *paiz*, mesmo quanto «aos *bens existentes* em Portugal.»

E em seguida, depois de repetir o principio de que os *actos juridicos*, quanto ás suas *solemnidades externas*, são regidos pelo *direito local*, accrescenta: — «Todavia, para o *documento autentico* passado em paiz estrangeiro fazer prova «no reino, é preciso que o objecto seja *permittido* pelas *leis portuguezas*, isto é, que o seu **objecto** não **seja defeso** no «reino, como dizia o projecto primitivo no artigo 2:800, «correspondente ao artigo 2:430 do Codigo, que só admitte «esses documentos a fazerem prova no reino, como o fariam «*documentos da mesma natureza, exarados ou expedidos* n'elle».

Fica, pois, assente — como ensina, ainda, aquelle nosso illustre commentador — que a lei portugueza, para garantir a execução no reino de **documentos** passados em **paiz estrangeiro**, exige apenas que o **objecto** d'elles seja **conforme**

ao **nosso direito**, dispensando as *formalidades externas*, se o documento estiver conforme a *lei do paiz*, onde o acto foi exarado.

Ora o nosso Codigo, no artigo 1:739, define o *testamento* o acto pelo qual alguem *dispõe para depois da sua morte* de todos ou de parte dos proprios bens; e, no artigo 1:740, declara que o *testamento* é um **acto pessoal**, que não póde ser feito por procurador, nem deixar-se dependente do *arbitrio* d'outrem, quer pelo que toca á **instituição de herdeiros e legatarios**, quer pelo que respeita ao **objecto** da herança, quer, finalmente, pelo que pertence ao **cumprimento** ou não **cumprimento** do mesmo testamento, salvo na hypothese regulada no § unico do mesmo artigo, em que o testador pode commetter a *terceiro* a *repartição* da sua herança, quando haja instituido uma certa *generalidade* ou *classe* de pessoas.

É, portanto, o testamento um **acto personalissimo** — como diz o snr. Dias Ferreira no seu commentario a estes artigos, vol. IV, pag. 153 a 157 — que não póde ser praticado por *procurador*, e onde o testador não póde deixar ao *arbitrio de terceiro* nem a **instituição**, nem a **escôlha do herdeiro** ou **legatario**, nem a designação da *quota*, *quantidade* ou *valor*, que ha de receber cada um dos *coherdeiros* ou *colegatarios*, salvo no caso excepcional declarado — da instituição d'uma *classe* ou *generalidade* de pessoas, como os creados, os pobres, etc. — em que a *repartição* da herança entre essas pessoas póde ser commettida pelo testador a um terceiro, o qual terá a faculdade de fazer a *partilha*, não só designando os valores, os objectos e a natureza dos bens, que hão de compôr o quinhão de cada uma d'essas pessoas, como, até, fixando o *valor* ou a *proporção* em que ellas hão de receber.

Ora — dando de barato (sem todavia o conceder) que as *disposições* de João Thomaz dos Santos Coelho, em que se basêa a acção, se acham feitas de conformidade com as leis do paiz, onde foram celebradas — o que se verifica é que ellas são absolutamente inexecuiveis na parte em que elle **condicionou**, como os proprios Auctores o reconhecem, (Vide artigo 3.º da petição da acção) «que, por morte de suas «irmãs e **herdeiras**, se ellas não tivessem **filhos**, **passariam**, «em **plena propriedade**, as **inscripções**, que respectivamente «lhes coubessem em quinhão, para **seus legitimos herdeiros**;» porque — segundo as razões e disposições de direito invocadas — o testador não podia dispôr, assim d'um **modo vago**, da propriedade d'essas **inscripções**, mas devia, aliás, *especificar*, clara e determinadamente, o *herdeiro* ou *herdeiros* que instituia.

E a consequencia é que — verificando-se que tal **condição**, nos termos em que se acha formulada, é abertamente **contraria** ás **disposições** dos citados artigos 1:739 e 1:740 e, ainda, da ultima parte do artigo 1:741 do Cod. Civ. — se tem por **não escripta**, sem prejuizo d'essas **herdeiras** primariamente instituidas, ou sejam as **irmãs** — como se vê a fl. 12 e 17 v., 58 v. e 59 v. — por força do preceito, claro e terminante, do artigo **1:743** do mesmo Cod. (Snr. Dias Ferreira, obra citada, vol. II, pag. 156 e 157, e vol. IV. pag. 159 e 160.)

Por aqui se vê que a finada mulher do Reo — D. Anna Julia dos Santos e Silva Coelho — uma das **irmãs e herdeiras** do sobredito João Thomaz dos Santos Coelho — instituindo o Reo, no testamento de fl. 32 a 35, por seu **unico e universal herdeiro** para todos os effeitos legaes e, designadamente, para os de n'elle recahir a *propriedade* das **inscripções**, que lhe haviam advindo do sobredito seu irmão, pe-

las razões que ella ahi expendeu, de todo o ponto acceitaveis e acataveis, como adiante mostraremos — podia fazer mais alguma coisa: — podia dispôr, clara e expressamente, d'essas inscripções, porque a **propriedade** d'ellas — visto não ter **filhos legitimos** — se achava radicada na mesma **testadora**, por virtude da **nullidade** e **caducidade** da alludida **condição** das disposições anteriores do **testador** seu irmão, a qual, por um modo vago e incerto, mandava passar as referidas **inscripções** para os seus *legitimos herdeiros*...

* * *

Mas ha ainda um outro argumento, que conduz á mesma conclusão.

As *disposições* — em que o *testador* declarou que instituia as irmãs retro mencionadas por **herdeiras**, com seu irmão Amaro e em partes eguaes, do remanescente de seus bens, sob a **condição** de que as **inscripções**, em que os respectivos quinhões haviam de ser convertidos, **passariam**, á morte d'essas **herdeiras**, em *plena propriedade*, para os **filhos** d'ellas, e, quando os não tivessem, **reverteriam** a seus **legitimos herdeiros** — essas **disposições** importam, incontestavelmente, para as mesmas **herdeiras** a obrigação de **conservarem** e **transmittirem** as taes **inscripções** para os **filhos** e, na falta d'estes, para os seus **legitimos herdeiros** (sic)... que a par da lei possam considerar-se como taes, e, consequentemente, envolvem uma **substituição fideicommissaria**, nos precisos termos do artigo 1:866 do Cod. Civ.

E não obsta o não se encontrar n'essas disposições testamentarias as palavras textuaes d'este artigo — «*conservar e transmittir*;» porque — n'estas materias, como, aliás, em tudo — «as coisas são o que são», e não é da substancia de qualquer acto o emprego de *palavras sacramentaes*, porque toda a questão está em que aquellas de que se fizer uzo contenham e enunciem, precisamente, a mesma idéa.

Frizam, aqui, á justa, as palavras auctorisadas do sr. Dias Ferreira, no vol. III do seu commentario, a pag. 448: — «O character essencial das **substituições** prohibidas, consiste em onerar **um** com o encargo de **conservar**, para, «por sua morte, **transmittir** a **outro**, sem que estas palavras «*conservar com a obrigação de por morte transmittir*» sejam «**sacramentaes**, porque podem ser **substituidas** perfeitamente «por outras, que enunciem a mesma idéa.»

E de egual aviso é o sr. HINTZE RIBEIRO, na sua excellente monographia — «**Fideicommissos no Direito Civ. Moderno**» —, onde se lê, a fl. 75, que toda a disposição, cujos caracteres se **molde**m pelos especificados no artigo «1:866, tem a natureza de **fideicommisso ordinario**; e se tacha de *ridicula*, a fl. 244, a exigencia de «clausulas **litteralmente** concebidas no sentido de **conservar** e **transmittir** «por morte.»

É, pois, indiscutivel que as *disposições* do testador João Thomaz envolvem uma **substituição fideicommissaria**; porque conteem, para as **herdeiras** e irmãs, a obrigação de **conservarem** as falladas **inscrições** — visto que apenas lhes é permittido «o gosarem os rendimentos d'ellas» — para, depois, as **passarem** ou **transmittirem** a seus **filhos** e, as que os não tiverem, a seus «**legitimos herdeiros**».

(Rev. de Leg. e Jur.^{cia} de Coimbra, 14.^o an. pag. 294 e 295, e Ac. do Supr. Trib. de Justiça de 26 de agosto de 1879, publicado na mesma Rev., 19.^o an., pag. 285 a 287).

* * *

¿E será valida e manutenivel esta **substituição fideicommissaria**, á face do nosso direito?...

Era-o na parte em que estabelecida a favor dos **filhos** das **fiduciarias irmãs** do **fideicommittente**; além d'estes e a

favor d'outras pessoas, não, porque a hypothese do artigo 1:867, n.º 1, está naturalmente excluída, visto não ter o testador os *descendentes*, a que essa disposição se refere.

Rege, pois, aqui, exclusivamente, o n.º 2 do precitado artigo 1867.

«Para que a **substituição fideicommissaria** seja valida — diz o sr. HINTZE RIBEIRO, obra citada, pag. 137 — » é «necessario que tenha por **fiduciario** um **filho** ou um **irmão** «do **fideicommittente**, e por **fideicommissarios** os filhos do «**fiduciario**.»

Ha dois casos — diz o sr. DIAS FERREIRA, commentario ao Cod. Civ., vol. III, pag. 450 — «em que as **substituições fideicommissarias** são permittidas:—1.ª) sendo feitas «pelo **pae** ou **mãe** nas quotas disponiveis em proveito dos «**netos**, nascidos ou por nascer; 2.º) sendo feitas pelo **irmão** a favor dos **filhos do irmão**, artigo 1867.»

E, portanto, no caso occorrente, a **substituição** seria valida, somente, a favor dos **filhos** da mulher do Réo; mas, não os tendo esta, é de todo o ponto insubsistente e **nulla**; e — como a **nullidade** da **substituição fideicommissaria** não envolve a nullidade da **instituição** ou do **legado**, havendo-se, apenas, por **não escripta** a **clausula fideicommissaria**, segundo a expressa disposição do artigo 1869 — a conclusão, logica e juridica, que, natural e immediatamente, d'aqui resulta é que a **propriedade** sobre as **inscripções**, que constituiram o quinhão d'aquella **herdeira** e que são as mencionadas no artigo 7.º da petição da acção, se achava radcada inaufervelmente na **fiduciaria** e que, assim, ella podia dispôr, ampla e liberrimamente, das mesmas **inscripções**, a favor do Réo, seu marido.

«Mas — argumentam em contrario — o testador nada

« mais fez do que, em conformidade com o disposto no art. «1:870 do Cod. Civ., dispôr do **usufructo** das **inscripções** — «em que fossem convertidas as quotas da sua herança, «apuradas para cada uma de suas irmãs — a favor das mes- «mas, e da **propriedade** ou raiz d'essas **inscripções** a favor «dos filhos que ellas tivessem, ou — não os tendo — de «seus **legítimos herdeiros** ».

Respeitando mais que ninguem a opinião, sempre auctorisada, do douto patrono dos Auctores e nosso distincto e venerado collega, permittimo'-nos, em todo o caso, oppôr a mais formal e categorica contradicção á producencia d'esse argumento, que se basea n'uma disposição, inteiramente inapplicavel á hypothese sujeita; porque

1.º) o testador João Thomaz não deixou ás irmãs, simplesmente, o **usufructo**:—pelo contrario declarou que as instituia **herdeiras** (v. fl. 12 e 17 v.); porque

2.º) elle não deixou, conjunctamente n'esse acto, a **propriedade** das falladas **inscripções**, especificadamente, a **outra** ou a **outras** pessoas, **certas** e **determinadas**; e assim —tambem por mais esta razão—se não pode dizer que aqui se trata de um caso de **doação simultanea** do **usufructo** e da **propriedade** de uma mesma coisa a **duas pessoas diversas**, que é a hypothese regulada pelo art. invocado; e, finalmente, porque

3.º) essas **doações** deviam ser feitas no **mesmo acto** e na **mesma data**, adquirindo, desde logo, os seus direitos as **duas pessoas beneficiadas** pelo testador, como ensina o snr. DIAS FERREIRA, obra citada, vol. IV, pag. 251; e a verdade é que o testador declarou que—só por **morte** das ditas suas *irmãs*—é que as **inscripções**, que respectivamente lhes coubessem, passariam, em **plena propriedade**, para seus *filhos* e, não os tendo, para seus *legítimos herdeiros*.

Mas — ainda que o invocado art. 1:870 fosse applicavel á questão — não melhoraria, tambem, com isso a causa dos **Auctores**; porque — determinando elle «que não se reputará *fideicommissaria* a disposição, pela qual o testador «deixa o usufructo de certa coisa a *uma pessoa* e a *propriedade* a *outra*, comtanto que o *usufructuario* ou *proprietario* não seja encarregado de *transmittir* a outrem, por «sua morte, o dito *usufructo* ou a dita propriedade» — nós já demonstramos que as **disposições testamentárias** de João Thomaz dos Santos Coelho continham, implicita, precisamente a obrigação de *conservar* e *transmittir* as *inscripções*, que compozessem as quotas hereditarias de suas **herdeiras** — as irmãs declaradas.

Eis completamente annullado e desfeito um dos argumentos, em que os Auctores punham as suas melhores esperanças, e virada ao proprio peito a *famosa* arma, que, com tanto alarde, estadeavam no combate!...

* * *

Argumentam, ainda, os Auctores a fl. 66 v. e 67:— «quando, por ventura, se decidisse que, no ponto controvertido da disposição do testador João Thomaz, havia «uma **instituição fideicommissaria** — como o art. 1:867, n.º «2, a permite a favôr dos **descendentes**, em primeiro grau, «de **irmãos** do testador, isto é dos **sobrinhos** — não melhoraria a posição do Reo e não lhe aproveitaria, melhor, a «disposição de sua finada consorte, na parte disputada».

Nós já fizemos vêr, com as palavras auctorizadas do snr. DIAS FERREIRA e HINTZE RIBEIRO, que os **sobrinhos** do testador, a favôr de quem se podia verificar o **fideicommisso** instituido, eram — com referencia á parte quèstionada — tão sómente os **filhos** da finada mulher do Reo, ou

sejam «os *filhos da fiduciaria*», como se expressa o segundo dos citados publicistas.

Mas, ainda que assim não fosse — como aliás é, e afigura-se-nos que ninguém terá duvidas a tal respeito — cabia-nos, agora, a vez de dizer aos Auctores que, com isso, não melhoraria, também, a causa d'elles, porque — quando **todos os sobrinhos** do testador fossem **fideicommissarios**, ou os **herdeiros definitivos** d'elle — seria, então, manifesta a **illegitimidade** dos Auctores para esta acção.

*

* *

Somos, finalmente, chegados á ultima parte da defeza, que se dirige a demonstrar a inteira validade da **disposição testamentaria** da mulher do Reo, que se lê a fl. 32 e 35, tanto á face das **razões** n'ella expostas, como do **contexto** das **disposições** anteriores do testador João Thomaz dos Santos Coelho.

A finada mulher do Reo, respeitadora, até ao excesso, das disposições de seu irmão e bemfeitor João Thomaz dos Santos Coelho — comquanto podesse dispôr, como já demonstramos, **determinadamente**, da propriedade das **inscripções**, que lhe couberam em quinhão no remanescente da herança do sobredito seu irmão — não o fez, por um modo expresso, limitando-se a declarar, com uma fina delicadeza de sentimento: — «que instituia por herdeiro o marido, «para **todos os effeitos legaes** e, designadamente, para os «de n'elle recair a propriedade das **inscripções** do valor nominal de 11:900\$000 reis, cujo usufructo lhe deixára seu «irmão João Thomaz dos Santos Coelho, nas **disposições «testamentarias e codicillares** com que falleceu, com a con-

«dição de que, no caso de ella não ter filhos, *redundariam*
«ou *reverteriam* em favor dos seus *herdeiros legítimos*, pois
«— não tendo elle **excluído** d'esta successão os **herdeiros**
«**testamentarios**, tão legítimos como os chamados por vo-
«**cação da lei** — era incontroverso que deixára sob o alcance
«d'essas suas **disposições** o **herdeiro**, que ella testadora aca-
«bára de instituir.»

Tendo de **interpretar**, sob este ponto de vista, as **dis-**
posições do testador João Thomaz, cumpre-nos, primeiro
que tudo, procurar o assento legal d'esta materia.

Não são mister largas e minuciosas investigações.

Ahi temos o artigo 1:761 do Cod. Civ. a estatuir—por
uma fôrma, bem expressa e clara—«que, em caso de **duvi-**
«**da** sobre a **interpretação** da disposição testamentaria, se
«observará o que parecer mais ajustado com a **intenção** do
«testador, conforme o **contexto** do testamento».

E diz o snr. Dias Ferreira, em commentario a este ar-
tigo:—«Só quando verse a **duvida** sobre a **pessoa** do lega-
«tario ou sobre a **coisa** deixada, é que é admissivel qual-
«quer **meio** de **prova** para se conhecer, claramente, a in-
«tensão do testador (art.^{os} 1:741 e 1:837); porque, n'outros
«quaesquer casos, a **regra geral** é que a intenção do testa-
«dor ha de ser **interpretada** segundo o contexto do testa-
«mento, como **exclusão absoluta** de qualquer outra **próva**.

E a REVISTA DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDENCIA de Coim-
bra—incontestavel e incontestadamente o nosso primeiro
jornal juridico—sustenta, tambem, a mesma jurisprudencia
em muitas das suas paginas, accrescentando «que se deve
«ter como consentanea com a **vontade** e **intenção** do testador
«a **interpretação** que fôr **legal** e **admissivel**, e não a que

«**invalide** qualquer disposição do testamento» (Vide 1.º anno, pag. 227; 10.º anno, pag. 68; 20.º anno, pag. 202 e, *signanter* pag. 392).

Ora o **testamento** diz a fl. 12—«...» e *na falta de* «qualquer d'elles (irmão e irmãs declaradas), a seus her-
«**deiros legitimos**»; e o **codicillo** diz a fl. 18 ... «e por
«sua morte (das irmãs) **passarão** (as inscripções) *em plena*
«**propriedade a seus filhos, se os tiverem, e, não os tendo, re-**
«**verterão a seus legitimos herdeiros;**» e não ha, em todo o
contexto d'estas disposições, uma só palavra, por onde se
possa inferir que a **intenção** do testador era que a proprie-
dade das falladas **inscripções** fosse — por morte das irmãs,
que não tivessem **filhos** — para os seus **herdeiros pelo san-**
gue ou por **vocação da lei**, tão somente e com inteira exclu-
são dos **herdeiros testamentarios**.

Os Auctores aferram-se ás palavras «*reverterão a seus legitimos herdeiros*» como a um recurso extremo e com a
ancia desesperada do naufrago á ultima e, quiçá, bem fra-
gil taboa de salvação, que o acaso lhes depara.

Baldado esforço, porém, como vamos vêr!

São principios correntes e geralmente acceitos em her-
meneutica juridica:

1.º) que a **interpretação litteral** se deve pôr de parte,
quando conduza ao **absurdo**; e

2.º) que, quando uma **clausula** seja susceptivel de
dois sentidos, se deve intender n'aquelle em que ella póde
ter effeito, e não n'aquelle em que **não teria effeito** algum
(Pothier, TRAITÉ DES OBRIG., v. 1.º, n.º 92; — LIZ TEIXEIRA,
CURSO DE DIREITO CIV. PORT., v. 1.º, pag. 33.)

Ora — salvo sempre o devido respeito — afigura-se-nos

não só como *absurdo*, mas até como *impossível*, o dar ás palavras «*reverterão a seus legítimos herdeiros*» o sentido, que os Auctores desejam e indicam.

Se querem que o verbo «*reverter*» se tome, aqui, na **accepção primaria** de — «*voltar para o ponto de partida, ou voltar ao primeiro possuidor*» — conciliem, primeiramente — se podem — essa *interpretação* com o caracter e natureza da **disposição**, em que o testador dispoz... para depois da sua morte.

Impossível!...

Como é que haviam de voltar para a mão do testador os bens da sua herança, por força de uma disposição, que só começava a ter effeitos... desde o momento que elle deixasse de existir?!...

Só pelos processos anormaes da *resurreição* ou da *metempsychose*, que estão fóra das previsões do Direito.

Alem d'isso, como harmonisar essa *interpretação* dada ao verbo «*reverter*» com as palavras subsequentes — «*a seus legítimos herdeiros*» — pelas quaes, claramente, se vê que o testador assignalara ás questionadas **inscripções**, procedentes da sua herança, um *destino opposto ao ponto de partida* ou á *proveniencia* d'ellas?!...

Os proprios Auctores reconhecem, a fl. 68, que uma tal *interpretação*, no caso sujeito, não pode admittir-se sem *absurdo*, se não tomando-se o verbo «*reverter*» como significativo ou expressivo da «*idea de não sahirem as mesmas «inscripções da familia do testador, ou dos seus herdeiros «de sangue.»*»

Mas, então, onde fica essa decantada *accepção natural e primaria* do verbo «*reverter*?!...»

É que, realmente, ou teem de a pôr de parte; ou de cahir no **absurdo** de que póde **reverter** (no sentido de *voltar ao ponto de partida*) para os **herdeiros** do testador aquillo, que não **partiu** d'elles, mas d'este; ou em fim... de imprecar dos céos que, em favor do testador, se opére um novo prodigio da *resurreição*, para que elle volte, redi-vivo, a *tomar conta* d'aquillo que *deixára*!...

Seguir-se-á d'aqui que devamos pôr de parte a **interpretação litteral**?...

Não:—muito longe d'isso.

O Réo não abandona a **interpretação litteral**, se não quando ella fôr de todo o ponto **absurda** ou **inefficaz** para fazer vingar a sua intenção.

E, ainda bem, que, nos mestres da lingua, encontra licção que o auctorisa a dar ao verbo «*reverter*» a significação de *redundar* ou *converter em favor* de alguém (Vide DICIONARIO CONTEMPORANEO, verbo *reverter*, com assento n'um trecho de Rebello da Silva)—significação que se ajusta, perfeitamente, á idea, que o testador queria enunciar de que—no caso de as **irmãs** não terem **filhos**—**redundariam** os seus quinhões na herança d'elle em favor dos **herdeiros legitimos** d'ellas, que tanto o são os chamados á successão por **vocação da lei**, como os **testamentarios**, segundo adiante mostraremos.

Argumentam, ainda, os Auctores, a fl. 68 v.: — «mas, «n'esse caso, as palavras *reverterão* a seus *legitimos herdeiros*, seriam inteiramente *desnecessarias* e *inanes* e deveriam, até, haver-se como um *contrasenso*; pois—ao passo que para as irmãs, que houvessem *filhos*, não seria a «*propriedade* das *inscripções*, mas tão só o seu *usufructo*—

«para as que os não houvessem se teria deixado ampla *liberdade de testar*.»

Com a devida venia observaremos que, pelo contrario, temos como muito precisas, sensatas e efficazes as alludidas palavras, com a *interpretação* que lhes damos e que esperamos vêr consagrada pelos tribunaes; pois, com ellas, quiz o testador significar que o **fideicommisso instituido** não ia—como de facto não podia ir e já o demonstramos—além dos **filhos** das **irmãs**, e que, consequentemente, as que os não tivessem podiam instituir, livremente, os seus **herdeiros e representantes**.

N'esta parte, e subintendidas as restricções necessarias, não duvidamos fazer nossas as palavras dos Auctores a fl. 68 v., *in fine*—... «que o testador quizêra—quanto **possivel** e até onde a **lei lh'o permittia**—que a sua herança não sahisse para fóra dos seus *parentes mais proximos*;» mas—sabendo, como não podia deixar de saber, ao elaborar uma disposição da importancia da sua, tão largamente pensada e, por vezes, cuidadosamente modificada, que o **direito** lhe não permittia estender o **fideicommisso instituido**, além dos **filhos** das **fiduciarias**, suas **irmãs**—consignou, claramente, este seu pensamento, com o deixar ás que não tivessem **filhos** a mais ampla **liberdade de dispôr**, no uso da qual ellas podiam eleger—quer entre **parentes**, quer entre **extranhos**, visto não terem outros **herdeiros legitimarios**—o seu **successor** e **representante**.

De fórma que as palavras em questão—longe de serem ôcas ou insanas, como os Auctores, muito de plano, pretendem insinuar—são de uma alta valia e significação na *hypothese* sujeita, por virem confirmar, d'um modo supe-

rior a toda a duvida, que o testador tinha **perfeito conhecimento**:

1.º) do **direito de dispôr**, que lhe assistia á face da lei do seu paiz e que lhe não permittia a instituição de **fideicommissos** além dos **filhos** das **irmãs fiduciarias**; e, consequentemente,

2.º) de que n'estas — quando não tivessem **filhos** — se radicaria a **propriedade** das quotas, que, respectivamente, lhes coubessem no remanescente da sua herança, ficando, assim, habilitadas para dispôr d'ellas, livremente e como melhor lhes aprouvesse.

« Mas — argumentam, finalmente, os Auctores — « tendo-se o testador servido das palavras **herdeiros legítimos**, « é bem de vêr que se referiu aos que a **lei** e a **linguagem vulgar** consideram como taes e chamam a successão — os « ligados pelos **vínculos de sangue** — e não aos **testamentários**, que á herança só veem por beneficio do testador. »

Sem pôrmos de parte o respeito, sempre devido e já, por vezes, professado pelo douto patrono dos Auctores, não podemos deixar de nos insurgir — com toda a energia, que uma convicção profunda nos dá — contra tão extranha e infundada argumentação.

Vamos á lei.

O art. 1:735 do Cod. Civ. diz: — « Póde qualquer succeder, por morte de outrem, em todos os seus bens ou « em parte d'elles, tanto quando fôr por *disposição de ultima vontade*, como quando fôr em virtude da *lei*, dando-se « no primeiro caso a **successão testamentaria**, e no segundo « a **successão legitima** ».

Logo: — ahi temos — á face d'uma disposição, bem cla-

ra e expressa—que tão **legítimo**, ou conforme com a **lei**, é o **herdeiro** que ella **chama** á **successão** de alguma pessoa, como aquelle que esta **instituiu** em harmonia com as prescripções d'ella.

E, se assim é—¿como **distinguir**, onde a lei não **distinguiu** e o testador tambem não quiz **distinguir**?...

«Mas o **herdeiro** por **vocação** da lei vem por *direito* de «*sangue* á herança, emquanto que o **testamentario** só vem «por **disposição** do **testador**»—objectam, por ultimo, os Auctores.

Pois ahi teem mais uma razão para não darem ás **disposições** do testador João Thomaz uma **interpretação**, que visa a tirar aquillo, que elle não só não tirou, mas que até era de sua tenção e vontade conceder, como se verifica — e já o demonstramos — á face do **contexto** das mesmas **disposições**.

É o caso da conhecida regra:—«*favorabilia amplianda, odiosa restringenda.*»

Como a **duvida** está em saber quaes são esses **herdeiros**, a que o testador se queria referir, talvez que os Auctores—com argumento no disposto em os art.^{os} 16, 1:741 e 1:837 do Cod. Civ.—ainda podessem allegar e provar, por qualquer *meio de prova*, que outra, diversa da que indicamos, era a **intenção** do testador; mas elles não allegaram nem provaram cousa alguma a tal respeito; e, pelo contrario, as declarações das testemunhas são-lhes **contraproducentes**, porque dão as irmãs como **herdeiras** e não como simples **legatarias** do *usufructo*.

Sobre este ponto, porém, não levantaremos questão, até porque, hoje, os **herdeiros fiduciarios** são considerados

como méros **usufructuarios**, segundo o disposto no art. 1:873 do Cod. Civ.; e, n'essa conformidade, foi que a testadora e finada mulher do Réo não teve duvida em se qualificar, a fl. 33 v., de **méra usufructuaria**, com referencia ás **inscripções** questionadas.

Os **fiduciarios** teem — é certo — uma **propriedade**, mas **restricta** e **resoluvel**, que os equipara aos **usufructuarios**, como póde vêr-se na Rev. de Leg. e Jurisprudencia, n.º 79, pag. 445 e no Snr. Hintze Ribeiro, obr. cit., pag. 157 e seguintes e, nomeadamente, a pag. 167 a 169. E — não sendo o **contexto** de todas as *disposições* favoravel á **interpretação** que os Auctores querem dar á precitada **verba codicillar**; e não tendo elles *provado*, por qualquer meio admittido em direito, que outra, e de todo o ponto favoravel para elles, era a intenção do testador — teem de accèitar e vêr manter em toda a *plenitude* e produzir todos os seus legaes effeitos a **letra** da mesma *disposição*, que abrange, na sua comprehensão, tanto os **herdeiros**, chamados á successão por **vocação** da **lei** como os **testamentarios**.

Fica, pois, demonstrado: —

1.º) Que — se abstrahirmos da **natureza especial** da **instituição**, para a considerarmos, tão só, sob o ponto de vista da sua **fórmula, vaga, incerta e arbitraria** — tem de se julgar **caduca** e como **não escripta**, por **contraria á lei**, a **condição** que se contém nas palavras — «*reverterão a seus legitimos herdeiros.*» (art.ºs 1:739, 1:740, 1:741 *in fine* e 1:743, § unico);

2.º) Que — dada á materia o seu assento legal — se verifica que as alludidas palavras envolvem uma **substituição fideicommissaria** prohibida e que, assim, se deve haver, tambem, por **não escripta** (art.ºs 1:867 e 1:869 *in fine*);

3.º) Que, em qualquer dos casos, as questionadas **inscrições** pertencem, ineluctavelmente, á finada mulher do Réo; porque, tanto a **caducidade** da **condição**, como a **nullidade** da **clausula fideicommissaria** não prejudicam a **instituição** feita a favor d'ella (§ unico do cit. art. 1:743 e cit. art. 1:869 *infine*);

4.º) Que a disposição da mesma envolve — sob uma forma indirecta e plena de respeito pela vontade do testador, seu irmão — a **deixa** das referidas **inscrições** — acto que lhe não seria licito, se d'ella não fossem, como aliás são, os referidos **titulos**;

5.º) Que, assim, a **interpretação** que demos á **verba codicillar** de que se trata, é não só a que mais se harmonisa com o **contexto** das **disposições** do testador e com o **direito** applicavel, como tambem a unica capaz de fazer **viaveis** as mesmas **disposições** e, consequentemente, a que deve ter-se «como a **mais legal** e consentanea á **vontade** do testadôr», no dizer da Rev. de Leg. e Jurispr., precedentemente citada.

E — em vista do exposto e attendendo a que a finada mulher do Réo podia dispôr, livremente, de seus bens, por não ter **herdeiros necessarios** — é incontestavel que o Réo a representa, por força do respectivo testamento que se lê a fl. 32 a 35, para todos os **effeitos legaes**, sendo um d'elles o de succeder na propriedade plena das **inscrições** questionadas, provenientes da herança de seu cunhado João Thomaz dos Santos Coelho; quer

1.º) porque fosse esta a **vontade**, que o mesmo quiz expressar nas suas **disposições**; quer

2.º) porque, acima de todas as **vontades**, está a **lei** e esta permittia — como o demonstramos — á testadora a livre disposição das questionadas **inscrições**, como **suas proprias**, que incontestavelmente eram.

* * *

Por qualquer lado, pois, que se encare a questão, temol-a como irremediavelmente perdida para os Auctores, e bem justo e necessario é que assim se decida; porque elles — gosando já d'uma mediania folgada — vêem disputar ao Réo o que, dividido entre tantos, pouquissimo se fará, e para elle constitue a unica esperanza d'um futuro acoberto de privações.

Resumindo, offerecemos á ponderação, reflectida e douta, do integerrimo magistrado, que tem de conhecer d'esta questão, as seguintes

CONCLUSÕES:

PRIMEIRA

Que o processo deve ser todo **annullado**, por se não ter deduzido **expressamente**, nem se poder deprehender — porque carecia de *allegação* especificada e de *próva* especial aos seus fundamentos — o **pedido** de que se decidisse e condemnasse o Reo a vêr decidir: — que as **disposições testamentarias**, em que a acção se basêa e que se pretendem **interpretar e tornar effectivas** n'este paiz, se acham formuladas **authentically** e em conformidade com a **lei** então vigente nos Estados Unidos do Brazil, onde **foram feitas, approvadas e abertas** na vigencia do nosso Cod. Civ. (Cod. cit., artigos 24.º, 1:961.º e 2:406.º; — BOLETIM DOS TRIBUNAES, n.º 277, pag. 234; — **sentença** proferida n'este juizo e pelo cartorio do 3.º officio, em 22 de agosto de 1890, no processo de **justificação** requerido por Luiz José Rodrigues Ma-

chado, **cidadão brasileiro**; — e Cod. do Proc. Civ., artigos 129.º, n.º 1, 130.º, n.º 1 e § unico e 131.º).

E, quando assim se não julgue, como aliás não é de esperar:

SEGUNDA

Que a presente **acção** deve ser julgada de todo o ponto **improcedente**; porque

1.º) as **disposições** do testador João Thomaz teem de ser apreciadas á face do nosso direito (Cod. Civ., art. 24.º e 1:961.º), o qual não permite que se deixe dependente do **arbitrio** d'outrem a instituição do **herdeiro**, nem tão pouco que esta seja feita por uma forma **vaga e incerta** (Cit. Cod., art.ºs 1:740.º e 1:741.º, *in fine*); sendo, consequentemente, **nulla a condição** de que — «as **inscripções** de que se trata, «quando as irmãs do testador não **tivessem filhos**, *reverte-riam em plena propriedade a seus legitimos herdeiros*» — como, vaga e indeterminadamente, dispôz o mesmo testador (§ unico do art. 1:743); porque

2.º) a **verba codicillar** em questão contem, fundamentalmente, uma **instituição fideicommissaria, reprovada** pelo direito, na parte questionada ou com relação á quota da finada mulher do Reo, visto **não ter filhos** esta **fiduciaria** — como o processo negativamente mostra e ella propria o declarou no seu testamento a fl. 33 — caso unico em que o **fideicommisso** seria **valido e subsistente** (artigo 1:867.º e srs. Dias Ferreira e Hintze Ribeiro, obras e passagens retro citadas); porque

3.º) quer se veja nas palavras — «*reverterão a seus legitimos herdeiros*» — uma simples **condição** vaga, indetermi-

nada e arbitraria e que, por **contraria** ás disposições já citadas, se deve ter por **não escripta**; quer se intenda que a **instituição**, feita a favor das **irmãs**, com a **obrigação** de **transmittirem** ou **passarem** — que o mesmo é — por sua morte as respectivas quótas n'essa herança aos **filhos** e, não os tendo, a seus **legítimos herdeiros**, contem uma **substituição fideicommissaria**, prohibida com referencia á quóta da **fiduciaria** mulher do Reo: — o que é certo é que as **inscripções** questionadas — provindas d'essa herança, cuja transmissão se achava sujeita a tal **condição** ou **substituição fideicommissaria** — pertenciam, inauferivelmente, á testadora de fl. 32 — dita mulher do Reo, porque a **caducidade** da alludida **condição** ou da **clausula fideicommissaria** prohibida, não envolveria a **nullidade** da **primeira instituição**, feita a favor da referida testadora (§ unico do art. 1743 e art. 1:869); porque

4.º) d'esta forma ella tinha, até, o direito de dispor das alludidas **inscripções**, como de cousas **suas proprias**; e — comquanto o não fizesse, por um modo expresso, a favor do Reo — instituiu-o **herdeiro** para **todos os effeitos legais**, e esta disposição abrange, indubitavelmente, tudo o que se julgar constitutivo da **herança** da mesma testadora; e, finalmente, porque

5) ainda que nenhuma d'estas razões fosse procedente — o que de modo algum se reconhece — a **disposição** da mulher do Reo acha-se feita de harmonia com as de seu irmão João Thomaz, cuja **letra** — sem prova alguma de **intenção** em contrario — comprehende, inquestionavelmente, tanto os **herdeiros** chamados por **vocação da lei** á successão da testadora, como os que esta **instituisse**, achando-se, assim, hoje, o Reo — ao abrigo tanto d'aquella como d'estas disposições — com incontestavel direito á propriedade plena das **inscripções** questionadas.

Dado, pois, o necessario supprimento ás deficiencias do nosso trabalho, ficamos animado da mais intima das convicções de que assim se ha de julgar e ao Reo fazer a devida

JUSTIÇA

Barcellos, 31 de agosto de 1893.

O ADVOGADO,

Luiz José d'Abreu do Couto d'Amorim Novaes

biblioteca
municipal
barcelos



5639

Allegação jurídica na acção
ordinária pendente no